



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**  
**O Legislativo fazendo a diferença**

**LEI Nº 404 DE 26 DE OUTUBRO DE 2007**

*Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2008.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ, no uso de suas atribuições legais.**

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Esta Lei estima a receita do Município para o exercício financeiro de 2008, no montante de R\$ 16.893.809,20 (dezesesseis milhões oitocentos e noventa e três mil oitocentos e nove reais e vinte centavos), e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta; e

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, bem como seus fundos especiais.

**CAPÍTULO II**

**DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Seção I**

**Da Estimativa da Receita**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**  
**O Legislativo fazendo a diferença**

**Seção I**  
**Da Estimativa da Receita**

Art. 2º. A receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 16.893.809,20 (dezesseis milhões oitocentos e noventa e três mil oitocentos e nove reais e vinte centavos), discriminada na forma do Anexo I, sendo especificadas, nos incisos deste artigo, a receita de cada Orçamento:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 15.112.454,20 (quinze milhões cento e doze mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos); e

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 1.781.355,00 (um milhão setecentos e oitenta e um mil trezentos e cinquenta e cinco reais).

**Seção II**  
**Da Fixação da Despesa**

Art. 3º A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 16.893.809,20 (dezesseis milhões oitocentos e noventa e três mil oitocentos e nove reais e vinte centavos), distribuída entre os órgãos orçamentários conforme o Anexo II, sendo especificadas, nos incisos deste artigo, a despesa de cada Orçamento:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 12.886.744,12 (doze milhões oitocentos e oitenta e seis mil setecentos e quarenta e quatro reais e doze centavos); e

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 4.007.065,08 (quatro milhões sete mil sessenta e cinco reais e oito centavos).

Parágrafo Único. Do montante fixado no inciso II deste artigo, a parcela de R\$ 2.225.710,08 (dois milhões duzentos e vinte e cinco mil setecentos e dez reais e oito centavos) será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

**Seção III**  
**Da Autorização para a Abertura de Créditos Suplementares**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**  
**O Legislativo fazendo a diferença**

Art. 4º. Fica autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares:

I – até o limite de 60% (sessenta por cento) das dotações consignadas aos grupos de despesa “pessoal e encargos sociais”, “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras”, mediante a utilização de recursos previstos no art. 43, incisos I, II, III e IV da Lei nº 4.320/64.

II – Com o objetivo de atender ao pagamento de despesas com:

a) o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito da mesma unidade orçamentária e na Reserva de Contingência;

b) amortização e encargos da dívida, mediante a anulação de dotações consignadas a grupos de despesas no âmbito de qualquer unidade orçamentária.

§ 1º. Os ajustamentos de dotações de elementos de despesas de um mesmo grupo de natureza da despesa de um mesmo Órgão, de que trata o § 1º do art. 26 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, não integram o limite de que trata o inciso I, deste artigo, por se tratar de alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, para adequação da natureza da despesa dentro de cada Órgão.

§ 2º. Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de elementos em grupos de natureza de despesa constante de projetos e atividades definidos na Lei Orçamentária.

§ 3º. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais conterão exposição de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos programas de governo.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**  
**O Legislativo fazendo a diferença**

Art. 5º. O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a incorporar os saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2007, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e das transferências constitucionais referentes ao Sistema Único de Saúde – SUS e ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS, quando se configurar receita do exercício superior às previsões estimadas nesta Lei.

Art. 6º. Nos termos do art. 28 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008, firmado o instrumento de transferência voluntária, far-se-á a suplementação da dotação, em até 100% (cem por cento) do repasse financeiro recolhido, não se computando o valor no percentual de que trata o inciso I do art. 4º desta Lei.

**CAPÍTULO III**

**DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Art. 7º. Em cumprimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica autorizada a contratação de operações de crédito limitada ao montante das despesas de capital previstas nesta lei.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**  
**O Legislativo fazendo a diferença**

**CAPÍTULO IV**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 8º. O Chefe do Poder Executivo fixará, por Decreto, o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por elemento de despesa das atividades, projetos e operações especiais, constantes dos anexos desta Lei.

Art. 9º. O Prefeito Municipal, até 30 dias após a publicação desta lei, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso das diversas unidades orçamentárias do Poder Executivo, em conformidade com o disposto no art. 8º da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 10. Esta Lei será publicada em 28 de dezembro de 2007 e entrará em vigor em de 01 de janeiro de 2008.

**SALA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ, aos 26 de OUTUBRO de 2007.**

  
Jeovane Bezerra Dutra  
Presidente

  
Antonio Alves dos Santos  
1º Secretário



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**  
**O Legislativo fazendo a diferença**

**PARECER**

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Banabuiú, depois de examinar minuciosamente o Projeto de Lei Nº 020/2007, Oriundo do Poder Executivo Municipal de Banabuiú em que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providências.

**É de Parecer favorável**

Sala da Câmara Municipal de Banabuiú, 25 de Outubro de 2007.

A Comissão:

  
Marinez de Oliveira Carneiro  
Presidente

  
Antonio Alves Dos Santos  
Membro

Daniel Bandeira Lima  
Membro

Rua Raimundo Dias, s/n. – Fone: (88) 34261212 – CEP 63960-000 – Banabuiú – Ceará  
CNPJ 23.444.698/0001-30



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BANABUIÚ**  
**O Legislativo fazendo a diferença**

**PARECER**

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Banabuiú, depois de examinar minuciosamente o Projeto de Lei Nº 020/2007, Oriundo do Poder Executivo Municipal de Banabuiú em que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providências.

**É de Parecer Favorável**

Sala da Câmara Municipal de Banabuiú, 25 de Outubro de 2007.

A Comissão:

Gilson Fernandes da Silva  
Presidente

Antonio Alves dos Santos  
Membro

Julio Cesar Oliveira Pimenta  
Membro